

DMCARD Cartões de Crédito S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37

Relatório da Administração

leimentos para operar com cartões. A controladora da Companhia DMCARD Meios de Pagamento Ltda. está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas, que tem como objetivo social a coordenação dos pagamentos e recebimentos a estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações decorrentes do uso de cartões de crédito e/ou de débito. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018 foram aprovadas pela Diretoria em 29/05/2019. **Operações:** A Companhia atua na administração e gestão de carteira de cartão de crédito, com crescimento médio de suas operações de

25% ao ano nos últimos três anos. A Administração projeta para o ano de 2019 um crescimento de aproximadamente 30% nas vendas com cartão, principalmente avançado pela operação dos Supermercados BH. Para os próximos três anos, a Administração pretende manter o crescimento médio da carteira e vendas, melhorando a rentabilidade através do controle da inadimplência e ajustes de linhas de crédito. Adicionalmente, em 2019 será lançado o cartão Mastercard, que permitirá à Companhia reduzir o *churn* de seus clientes, permitindo, assim, o aumento da base de clientes ativos sem, necessariamente, aumentar a captação de novos clientes. Ademais, a Com-

panhia continua em processo de inovações contínuas através do emprego de tecnologia para aumentar a percepção de valor pelo cliente, garantindo, assim, um crescimento saudável, com maior rentabilidade e consequente aumento de retorno para o acionista. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais					Demonstrações de Resultados					Demonstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido									
Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Capital social		Adiantamento para Reservas		Reserva Reserva		Reservas Lucro do		Participação de	
Ativo	Nota	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	social	total	aumento	capital de	legal	de lucros	exercício	nos	controladores	Total
Circulante		350.465	270.977	350.465	271.000	278.788	186.802	278.817	186.285	1.700	2.700	-	3.900	124	5.775	-	-	-	8.989
Equivalentes de caixa	5.133,2	7.332	7.332	6.331	6.331	6.125	6.125	6.125	6.125	-	-	-	(3.900)	-	-	-	-	-	2.700
Contas a receber	65.933,891	262.176	93.339	262.176	93.339	121.414	30.998	262.176	93.339	3.900	3.900	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas vinculadas	9	12	9	12	9	12	9	12	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos e contribuições a recuperar	8	1.177	20	1.177	20	1.177	20	1.177	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	8	3.117	1.414	3.117	1.414	3.117	1.414	3.117	1.414	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante		7.623	100	7.725	100	60.316	67.957	60.316	67.957	10.000	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	9	100	100	-	-	3.241	3.222	3.066	2.521	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	10	122	-	222	100	12.833	-	2.833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	10	7.501	-	7.503	-	13.478	67.957	57.483	67.957	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		358.189	271.077	358.218	271.100	339.104	254.759	339.134	254.240	20.700	20.700	-	-	-	-	-	-	-	-
Demonstrações de Resultados Abrangentes																			
Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Capital social		Adiantamento para futuro aumento de capital		Reserva legal		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	
2018		2017		2018		2017		2018		2017		2018		2017		2018		2017	
5.294		6.321		5.306		6.326		2.382		5.878		2.382		5.878		2.382		5.878	
Total do resultado abrangente do exercício 5.294 6.321 5.306 6.326																			
Lucro do exercício																			
Outros resultados abrangentes																			
Total do resultado abrangente do exercício 5.294 6.321 5.306 6.326																			

1. **Contexto operacional** – A DMCARD Cartões de Crédito S.A. ("Companhia") foi constituída em junho de 2010 e tem por objeto social administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto, aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir tais cartões; credenciar estabelecimentos para operar com cartões; processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; obter, com instituições financeiras, financiamentos em nome e por conta dos portadores de cartões, negociando taxas e celebrando contratos de empréstimos em nome dele; conceder fiança, assumindo os riscos do inadimplemento dos portadores de cartões perante as instituições financeiras; prestar serviços de administração do funcionamento, de consultoria, planejamento e de treinamento relacionados a cartões de crédito e implementar sistemas de automação relacionados ao funcionamento de cartões de crédito, podendo, para tanto, implementar programas de relacionamento entre consumidores, lojistas, indústrias e outras empresas de serviços, incluindo programas de fidelidade e incentivo, e produção de materiais associados, como cartões personalizados e materiais de divulgação. A DMCARD Cartões de Crédito S.A. ("Companhia") possui participação de 99,90% na empresa DMCARD Meios de Pagamento Ltda. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 3.900/2002 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2018 foi autorizada pela Diretoria em 29/05/2019. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a Administração use julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) Nota Explicativa nº (10): Amortização de ativo intangível; (ii) Nota Explicativa nº (11): Provisão para perda por inadimplemento; (iii) Nota Explicativa nº (14): Passivos contingentes. **3. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. (a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. (b) **Instrumentos financeiros** – Para contábeis, utiliza-se o método de custo amortizado. **Ativos e Passivos financeiros: Classificação e mensuração:** As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA – instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA – instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação de ativos e passivos financeiros é determinada no momento inicial da operação. **Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. A totalidade dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Receíveis foi contabilizada nesta categoria. **Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados como ao valor justo por meio de resultado quando a Companhia pode designar, em forma irrevogável, um ativo financeiro de alto risco para atender a requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Caixa e Equivalentes de Caixa foram classificados nesta categoria. Não houve classificação de ativos como instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). As designações existentes de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros relacionadas, os quais permaneceram mensurados ao custo amortizado. (ii) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** CPC 48 – Instrumentos Financeiros (recebíveis). Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda se o seu valor recuperável se for inferior ao seu valor objetivo indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor de recuperação do ativo é determinado para caso de ativos intangíveis, o valor de recuperação do ativo recuperável é estimado todo o ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. (iii) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa em 1º de janeiro de 2018:** CPC 48 – Instrumentos Financeiros: Dúvidas em 1º de janeiro de 2018. A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problema de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados no ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação tem como principal motivo o inadimplemento que é verificado considerando os dias de atraso. Os saldos de créditos dos clientes que migram para as faixas com maior risco de perda são para verificação do comportamento da qualidade dos recebíveis, pois em caso de adimplimento o cliente pode mudar de forma em que melhora ou piora o risco de perda. A provisão para perdas por inadimplemento é calculada com base no custo líquido e deduzida do valor contábil bruto do contas a receber. As principais mudanças identificadas em virtude da adoção do pronunciamento contábil CPC 48 (Instrumentos Financeiros) estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia aplicou, prospectivamente, os critérios aplicáveis ao CPC 48 a partir de 01/01/2018. O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios: formado, subperformado e não formado. Não houve alteração nos saldos apresentados no exercício anterior e impactos significativos nas demonstrações financeiras como resultado da adoção das mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável. Foram utilizadas todas as informações prospectivas razoáveis e sustentáveis que estiveram disponíveis, que incluí dados utilizados para análise das perdas esperadas em situações de aumento do risco de crédito para a vida útil. A definição dos percentuais foi realizada com base na probabilidade de perda da carteira de clientes, de forma que se verificou o comportamento da qualidade dos recebíveis, considerando os estágios de risco de perda esperada por faixas de atraso. (c) **Impostos a recuperar:** São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte. (d) **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem cartões e equivalentes de terceiros. Os ativos intangíveis são avaliados com expectativa de sua recuperabilidade futura e os softwares têm seu valor recuperável testado, anualmente. As amortizações são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, com base no estudo interno de realização, e esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (e) **Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual à parcela atribuída à DMCARD Cartões de Crédito S.A. (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da controlada (investida) está registrada no resultado do exercício

na rubrica "resultado de equivalência patrimonial". (f) **Provisões para operações financeiras:** As provisões para operações financeiras são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As provisões para operações financeiras são reconhecidas quando a sua realização é considerada ativa e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança, conforme descrito em Nota Explicativa nº 14. (g) **Receitas: Prestação de serviço:** A Companhia adota inicialmente o CPC 47 a partir de 01/01/2018, o qual estabelece os seguintes cinco passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita, tendo em vista cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é transacionada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de prestação de serviços são compostas por serviços de aquisição, comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes DMCARD, taxas de administração e anuidade, entre outras taxas inerentes ao objeto social da Companhia. **Receitas financeiras:** As receitas de juros são calculadas utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros de baixo risco que não são comprovadamente recuperáveis de crédito, mas que posteriormente não tornaram ativos financeiros devido a blemas de recuperação de crédito. A Companhia classifica uma operação de crédito como "não performada" se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de acima de 121 dias ou mais. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida a partir de 70 dias de atraso. As demais receitas financeiras abrangem receitas com descontos obtidos e rendimentos obtidos nas aplicações financeiras. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. (h) **Despesas:** As despesas operacionais e financeiras são reconhecidas por competência no resultado. As despesas financeiras da Companhia abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas com factoring, perda por transferência ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, perdas financeiras por negociação de carteira, despesas e comissões bancárias, entre outras despesas financeiras. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 20%, pois houve a majoração de 5% de acordo com a MP nº 675/2015 convertida pela Lei nº 13.168 de 06/10/2015, a qual passou a vigorar a partir de 01/01/2015 até 31/12/2018, e a alíquota retornará para 15% a partir de 01/01/2019. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pela relação do diferido temporal entre o valor contábil bruto dos ativos e passivos e valores correspondentes usados para fins fiscais. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras, como mencionado anteriormente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, às taxas acima informadas. **Determinação do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda em mercado ativo ou passivo, na transferência de um ativo ou passivo, em uma ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. A Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para determinar o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado. Não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras devido à adoção das mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável. Foram utilizadas todas as informações prospectivas razoáveis e sustentáveis que estiveram disponíveis, que incluí dados utilizados para análise das perdas esperadas em situações de aumento do risco de crédito para a vida útil. A definição dos percentuais foi realizada com base na probabilidade de perda da carteira de clientes, de forma que se verificou o comportamento da qualidade dos recebíveis, considerando os estágios de risco de perda esperada por faixas de atraso. (c) **Impostos a recuperar:** São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte. (d) **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem cartões e equivalentes de terceiros. Os ativos intangíveis são avaliados com expectativa de sua recuperabilidade futura e os softwares têm seu valor recuperável testado, anualmente. As amortizações são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, com base no estudo interno de realização, e esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (e) **Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual à parcela atribuída à DMCARD Cartões de Crédito S.A. (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da controlada (investida) está registrada no resultado do exercício

25% ao ano nos últimos três anos. A Administração projeta para o ano de 2019 um crescimento de aproximadamente 30% nas vendas com cartão, principalmente avançado pela operação dos Supermercados BH. Para os próximos três anos, a Administração pretende manter o crescimento médio da carteira e vendas, melhorando a rentabilidade através do controle da inadimplência e ajustes de linhas de crédito. Adicionalmente, em 2019 será lançado o cartão Mastercard, que permitirá à Companhia reduzir o *churn* de seus clientes, permitindo, assim, o aumento da base de clientes ativos sem, necessariamente, aumentar a captação de novos clientes. Ademais, a Com-

panhia continua em processo de inovações contínuas através do emprego de tecnologia para aumentar a percepção de valor pelo cliente, garantindo, assim, um crescimento saudável, com maior rentabilidade e consequente aumento de retorno para o acionista. **Práticas contábeis:** As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho

Federal de Contabilidade (CFC). **Auditoria e serviços de não auditoria:** A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Agradecemos aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e credibilidade, e em especial aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços. São José dos Campos, 29 de maio de 2019. **Denis César Correia – Presidente**

1. **Contexto operacional** – A DMCARD Cartões de Crédito S.A. ("Companhia") foi constituída em junho de 2010 e tem por objeto social administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto, aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir tais cartões; credenciar estabelecimentos para operar com cartões; processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; obter, com instituições financeiras, financiamentos em nome e por conta dos portadores de cartões, negociando taxas e celebrando contratos de empréstimos em nome dele; conceder fiança, assumindo os riscos do inadimplemento dos portadores de cartões perante as instituições financeiras; prestar serviços de administração do funcionamento, de consultoria, planejamento e de treinamento relacionados a cartões de crédito e implementar sistemas de automação relacionados ao funcionamento de cartões de crédito, podendo, para tanto, implementar programas de relacionamento entre consumidores, lojistas, indústrias e outras empresas de serviços, incluindo programas de fidelidade e incentivo, e produção de materiais associados, como cartões personalizados e materiais de divulgação. A DMCARD Cartões de Crédito S.A. ("Companhia") possui participação de 99,90% na empresa DMCARD Meios de Pagamento Ltda. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 3.900/2002 e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2018 foi autorizada pela Diretoria em 29/05/2019. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requer que a Administração use julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: (i) Nota Explicativa nº (10): Amortização de ativo intangível; (ii) Nota Explicativa nº (11): Provisão para perda por inadimplemento; (iii) Nota Explicativa nº (14): Passivos contingentes. **3. Principais políticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. (a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo. (b) **Instrumentos financeiros** – Para contábeis, utiliza-se o método de custo amortizado. **Ativos e Passivos financeiros: Classificação e mensuração:** As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA – instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA – instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação de ativos e passivos financeiros é determinada no momento inicial da operação. **Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. A totalidade dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Receíveis foi contabilizada nesta categoria. **Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados como ao valor justo por meio de resultado quando a Companhia pode designar, em forma irrevogável, um ativo financeiro de alto risco para atender a requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Caixa e Equivalentes de Caixa foram classificados nesta categoria. Não houve classificação de ativos como instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA). As designações existentes de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações. A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros relacionadas, os quais permaneceram mensurados ao custo amortizado. (ii) **Redução ao valor recuperável (Impairment):** CPC 48 – Instrumentos Financeiros (recebíveis). Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda se o seu valor recuperável se for inferior ao seu valor objetivo indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor de recuperação do ativo é determinado para caso de ativos intangíveis, o valor de recuperação do ativo recuperável é estimado todo o ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. (iii) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa em 1º de janeiro de 2018:** CPC 48 – Instrumentos Financeiros: Dúvidas em 1º de janeiro de 2018. A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problema de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados no ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação tem como principal motivo o inadimplemento que é verificado considerando os dias de atraso. Os saldos de créditos dos clientes que migram para as faixas com maior risco de perda são para verificação do comportamento da qualidade dos recebíveis, pois em caso de adimplimento o cliente pode mudar de forma em que melhora ou piora o risco de perda. A provisão para perdas por inadimplemento é calculada com base no custo líquido e deduzida do valor contábil bruto do contas a receber. As principais mudanças identificadas em virtude da adoção do pronunciamento contábil CPC 48 (Instrumentos Financeiros) estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia aplicou, prospectivamente, os critérios aplicáveis ao CPC 48 a partir de 01/01/2018. O modelo de perda de crédito esperada inclui uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios: formado, subperformado e não formado. Não houve alteração nos saldos apresentados no exercício anterior e impactos significativos nas demonstrações financeiras como resultado da adoção das mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável. Foram utilizadas todas as informações prospectivas razoáveis e sustentáveis que estiveram disponíveis, que incluí dados utilizados para análise das perdas esperadas em situações de aumento do risco de crédito para a vida útil. A definição dos percentuais foi realizada com base na probabilidade de perda da carteira de clientes, de forma que se verificou o comportamento da qualidade dos recebíveis, considerando os estágios de risco de perda esperada por faixas de atraso. (c) **Impostos a recuperar:** São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte. (d) **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem cartões e equivalentes de terceiros. Os ativos intangíveis são avaliados com expectativa de sua recuperabilidade futura e os softwares têm seu valor recuperável testado, anualmente. As amortizações são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, com base no estudo interno de realização, e esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (e) **Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual à parcela atribuída à DMCARD Cartões de Crédito S.A. (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da controlada (investida) está registrada no resultado do exercício

na rubrica "resultado de equivalência patrimonial". (f) **Provisões para operações financeiras:** As provisões para operações financeiras são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As provisões para operações financeiras são reconhecidas quando a sua realização é considerada ativa e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança, conforme descrito em Nota Explicativa nº 14. (g) **Receitas: Prestação de serviço:** A Companhia adota inicialmente o CPC 47 a partir de 01/01/2018, o qual estabelece os seguintes cinco passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita, tendo em vista cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é transacionada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de prestação de serviços são compostas por serviços de aquisição, comissões recebidas pela comercialização de produtos de seguros aos clientes DMCARD, taxas de administração e anuidade, entre outras taxas inerentes ao objeto social da Companhia. **Receitas financeiras:** As receitas de juros são calculadas utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros de baixo risco que não são comprovadamente recuperáveis de crédito, mas que posteriormente não tornaram ativos financeiros devido a blemas de recuperação de crédito. A Companhia classifica uma operação de crédito como "não performada" se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atrasos de acima de 121 dias ou mais. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida a partir de 70 dias de atraso. As demais receitas financeiras abrangem receitas com descontos obtidos e rendimentos obtidos nas aplicações financeiras. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. (h) **Despesas:** As despesas operacionais e financeiras são reconhecidas por competência no resultado. As despesas financeiras da Companhia abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas com factoring, perda por transferência ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, perdas financeiras por negociação de carteira, despesas e comissões bancárias, entre outras despesas financeiras. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano. A contribuição social foi apurada com base na alíquota de 20%, pois houve a majoração de 5% de acordo com a MP nº 675/2015 convertida pela Lei nº 13.168 de 06/10/2015, a qual passou a vigorar a partir de 01/01/2015 até 31/12/2018, e a alíquota retornará para 15% a partir de 01/01/2019. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pela relação do diferido temporal entre o valor contábil bruto dos ativos e passivos e valores correspondentes usados para fins fiscais. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras, como mencionado anteriormente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos apurados no exercício corrente, reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar calculado sobre o lucro real apurado no exercício, às taxas acima informadas. **Determinação do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda em mercado ativo ou passivo, na transferência de um ativo ou passivo, em uma ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. A Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado no mercado ativo para esse instrumento. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação para determinar o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado. Não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras devido à adoção das mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável. Foram utilizadas todas as informações prospectivas razoáveis e sustentáveis que estiveram disponíveis, que incluí dados utilizados para análise das perdas esperadas em situações de aumento do risco de crédito para a vida útil. A definição dos percentuais foi realizada com base na probabilidade de perda da carteira de clientes, de forma que se verificou o comportamento da qualidade dos recebíveis, considerando os estágios de risco de perda esperada por faixas de atraso. (c) **Impostos a recuperar:** São registrados mediante apropriação na aquisição de serviços destinados à operação, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte. (d) **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem cartões e equivalentes de terceiros. Os ativos intangíveis são avaliados com expectativa de sua recuperabilidade futura e os softwares têm seu valor recuperável testado, anualmente. As amortizações são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada dos ativos intangíveis, com base no estudo interno de realização, e esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (e) **Investimento:** Os investimentos em sociedades controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial, pelo qual à parcela atribuída à DMCARD Cartões de Crédito S.A. (investidora) sobre o lucro ou prejuízo do exercício da controlada (investida) está registrada no resultado do exercício

25% ao ano nos últimos três anos. A Administração projeta para o ano de 2019 um crescimento de aproximadamente 30% nas vendas com cartão, principalmente avançado pela operação dos Supermercados BH. Para os próximos três anos, a Administração pretende manter o crescimento médio da carteira e vendas, melhorando a rentabilidade através do controle da inadimplência e ajustes de linhas de crédito. Adicionalmente, em 2019 será lançado o cartão Mastercard, que permitirá à Companhia reduzir o *churn* de